



crise climática é agora

guia da proteja
sobre mudanças climáticas



PROTEJA



contato@coletivoproteja.org



coletivoproteja.org



@coletivoproteja



@protejacoletivo

Nós, do Coletivo Proteja, atuamos desde 2015 no apoio e fortalecimento de organizações, grupos, coletivos e comunidades nos processos de enfrentamento à violações de direitos, responsabilização por impactos socioambientais e na defesa de suas comunidades e culturas. Construimos estratégias e ações aliando diferentes formatos e produtos, através da orientação política da Comunicação Popular, aplicando as múltiplas técnicas a serviço das vontades políticas, coletivas e revolucionárias dos movimentos, grupos, coletivos e organizações com que trabalhamos.

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional.

Você pode:

Compartilhar: copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato

Adaptar: remixar, transformar e criar a partir do material

O licenciante não pode revogar essas liberdades desde que você siga os termos da licença.

Sob os seguintes termos:

Atribuição: Você deve dar crédito apropriado, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazer isso de qualquer maneira razoável, mas não de maneira que sugira que o licenciante endossa você ou o seu uso.

NãoComercial: Você não pode usar o material para fins comerciais.

Compartilha Igual: Se você remixar, transformar ou criar a partir do material, você deve distribuir suas contribuições sob a mesma licença que o original.



Julho de 2024

SUMÁRIO

5

INTRODUÇÃO

6

ENTRANDO NO CLIMA

13

INSTÂNCIAS DE DECISÃO, IMPLEMENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

17

CONFERÊNCIAS DAS PARTES

25

AÇÃO E SOLUÇÕES CLIMÁTICAS EM DEBATE

31

NÃO EXISTE SOLUÇÃO SEM PROTEGER O TERRITÓRIO

35

INICIATIVAS POPULARES

39

COMO PARTICIPAR DA COP

41

QUAIS SÃO OS OUTROS EVENTOS DA AGENDA CLIMÁTICA?

47

REM, REDD+, MERCADO DE CARBONO E NDCS

53

FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

57

DADOS E FONTES

61

CONCLUSÃO

62

REFERÊNCIAS E FONTES

INTRODUÇÃO

Desde o anúncio da realização da COP (Conferência das Partes) no Brasil, em novembro de 2022, muitas organizações têm se mobilizado para incidir e pautar a Agenda do Clima no país. As mudanças climáticas são uma pauta prioritária, impulsionadas tanto pelas grandes conferências e debates quanto pela frequente ocorrência de desastres naturais e tragédias humanitárias.

No entanto, ainda está em debate a participação e a incidência da sociedade civil brasileira na Conferência do Clima, em especial dos grupos mais afetados pelas mudanças climáticas.

Os povos indígenas, as comunidades tradicionais e periféricas são as primeiras e mais severamente atingidas, nesse cenário de emergência climática. Um contexto que é consequência direta de um sistema econômico extrativista e colonialista que agrava esse cenário de marginalização dessas populações.

Apesar de serem guardiões de práticas sustentáveis e possuírem um conhecimento ancestral vital para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, esses grupos têm sido sistematicamente afastados dos debates e decisões climáticas globais.

É fundamental adotar uma abordagem de justiça climática e descolonização que não apenas reconheça a soberania popular e a autodeterminação, mas também assegure a participação ativa e protagonismo na criação de soluções.

Sem a inclusão plena e equitativa dessas vozes, qualquer tentativa de enfrentamento às mudanças climáticas será, no mínimo, insuficiente e, no máximo, perpetuará as mesmas desigualdades que permitiram o agravamento da crise climática.

O tempo para garantir que as políticas climáticas reflitam a sabedoria e a resiliência dessas comunidades é agora!

Mas com tanta informação em jogo, por onde devemos começar a traçar uma estratégia de incidência e mudança?

Diante da crise climática urgente e das desigualdades que ela amplia, é essencial sistematizar e compartilhar os principais pontos do debate climático de forma acessível e compreensível.

Nosso objetivo aqui é fomentar, informar e fortalecer estratégias populares que já estão em prática, oferecendo às comunidades e grupos ferramentas e informações para iniciar o desenho de estratégias próprias.

Este esforço visa fortalecer a iniciativa popular, garantindo que elas possam não apenas participar, mas liderar a luta por justiça climática.

O debate sobre as mudanças climáticas ganhou destaque global devido aos impactos significativos que estas mudanças causam em nossos ecossistemas, economias e sociedades. Este capítulo visa explicar de forma direta os principais aspectos desse debate, abordando desde os conceitos básicos como efeito estufa e aquecimento global, até as causas naturais e as mudanças climáticas causadas pelos seres humanos. A compreensão desses conceitos é essencial para avaliar as estratégias de mitigação e adaptação necessárias para enfrentar a crise climática.

Por volta dos anos 1970, o mundo começou a prestar mais atenção às questões ambientais e climáticas por várias razões. Primeiro, houve um aumento significativo na poluição industrial e na degradação ambiental, que gerou preocupação entre cientistas e ambientalistas. A publicação do relatório “Os Limites do Crescimento” pelo Clube de Roma em 1972 destacou os impactos do crescimento econômico descontrolado sobre os recursos naturais e o meio ambiente. No mesmo ano, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, foi realizada, marcando o primeiro grande esforço internacional para tratar questões ambientais.

O QUE É MUDANÇA CLIMÁTICA?

Mudanças climáticas referem-se às variações significativas e duradouras nos padrões climáticos da Terra, que podem ocorrer de forma natural ou como resultado das atividades humanas.

Essas alterações incluem mudanças na temperatura média global, padrões de chuva, frequência e intensidade de eventos climáticos extremos como furacões, secas e inundações.

A principal causa impulsionada pela espécie humana, das mudanças climáticas é a emissão de gases de efeito estufa, como dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄) e óxidos de nitrogênio (NO_x), que retêm calor na atmosfera, provocando o aquecimento global.

Este fenômeno tem consequências profundas para os ecossistemas, a biodiversidade e as populações humanas em todo o mundo.

Mudança	O que é	O que causa
Efeito estufa	O efeito estufa é um processo natural em que certos gases na atmosfera da Terra, como dióxido de carbono (CO ₂), metano (CH ₄) e vapor d'água, retêm o calor do sol, aquecendo o planeta. Esse processo é essencial para manter a temperatura da Terra adequada para a vida. Sem ele, o planeta seria muito frio para sustentar a maioria das formas de vida.	Vulcanismo: Erupções vulcânicas podem liberar grandes quantidades de partículas e gases na atmosfera, influenciando temporariamente o clima. Variações Solares: Alterações na atividade solar podem afetar o clima da Terra ao longo de longos períodos de tempo.
Aquecimento global	O aquecimento global refere-se ao aumento contínuo da temperatura média da superfície da Terra devido ao aumento das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera.	A queima de combustíveis fósseis para energia e transporte, que libera grandes quantidades de CO ₂ ; o desmatamento, que reduz a quantidade de CO ₂ que pode ser absorvida pelas árvores; e grandes plantações, como as de soja, por exemplo, que contribui com a emissão de metano e óxidos de nitrogênio. Além disso, processos industriais liberam gases de efeito estufa adicionais na atmosfera.

HISTÓRICO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Mesmo as mudanças climáticas sendo um processo natural que ocorre ao longo de milhares e até milhões de anos, a aceleração das mudanças climáticas nas últimas décadas é um fenômeno amplamente atribuído às atividades humanas, como a queima de combustíveis fósseis, o desmatamento acelerado e o agronegócio em larga escala, que têm aumentado drasticamente as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera.

Dados mostram que a concentração de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera, que era de cerca de 280 partes por milhão (ppm) na era pré-industrial, ultrapassou 414 ppm em 2021, um nível sem precedentes em pelo menos 800 mil anos. Este aumento tem provocado uma elevação significativa na temperatura média global, com um aumento de aproximadamente 1,2°C desde o final do século XIX. Este aquecimento acelerado está levando a uma série de efeitos devastadores, incluindo o derretimento das

calotas polares, a elevação do nível do mar e a maior frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, como ondas de calor, secas, tempestades e inundações.

Os impactos dessas mudanças estão se tornando cada vez mais evidentes e preocupantes. Por exemplo, a elevação do nível do mar já está afetando comunidades costeiras em todo o mundo, com estimativas de que o nível do mar possa subir até um metro até 2100 se as emissões de gases de efeito estufa não forem controladas. Além disso, os eventos climáticos extremos têm causado perdas econômicas significativas e ameaçado a segurança alimentar e hídrica, especialmente em regiões vulneráveis (UNFCCC).

A ciência alerta: enquanto as mudanças climáticas são um fenômeno natural, a rapidez e a magnitude das mudanças observadas nas últimas décadas são exclusivamente devido às ações humanas.

Período	Descrição	Eventos e Descobertas Relevantes
Século XIX	Primeiras descobertas científicas sobre gases de efeito estufa.	1824: Fourier sugere o efeito estufa. 1896: Arrhenius calcula o impacto do CO ₂ na temperatura global.
Início do Século XX	Estudos sobre o impacto das atividades humanas no clima.	1938: Callendar sugere que o aumento do CO ₂ está causando aquecimento global.
cada de 1950	Concentrações de CO ₂ começam a ser monitoradas sistematicamente.	1958: Charles Keeling começa a medir CO ₂ em Mauna Loa, Havaí.
Década de 1970	A conscientização pública e científica sobre as mudanças climáticas aumenta.	1972: Conferência de Estocolmo; 1979: Primeira Conferência Mundial do Clima.
Década de 1980	Reconhecimento global e criação de importantes organizações.	1988: Criação do IPCC*; aumento das evidências sobre aquecimento global.
Década de 1990	Primeiras medidas globais para combater as mudanças climáticas.	1992: Cúpula da Terra no Rio de Janeiro e a criação da UNFCCC**; 1997: Protocolo de Quioto.
Início do Século XXI	Consolidação de acordos e ações globais.	2001: Terceiro Relatório de Avaliação do IPCC; 2005: Entrada em vigor do Protocolo de Quioto.
2010-2020	Acordos internacionais e mobilização global.	2015: Acordo de Paris; aumento da conscientização pública e mobilizações como Fridays for Future.
2020-presente	Aumento global das ocorrências dos desastres, inundações, tempestades, secas e outras crises extremas.	Revisões dos NDCs sob o Acordo de Paris; maior foco em justiça climática e soluções baseadas na natureza.

IPCC: A sigla IPCC significa **Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change). O IPCC é uma organização das Nações Unidas dedicada a fornecer avaliações científicas abrangentes sobre as mudanças climáticas, suas implicações e potenciais riscos futuros, além de propor estratégias de adaptação e mitigação.*

***UNFCCC: A sigla UNFCCC significa **United Nations Framework Convention on Climate Change**, que em português é a **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima**. A UNFCCC é um tratado internacional adotado em 1992 durante a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro. O objetivo principal da UNFCCC é estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera a um nível que impeça interferências perigosas do homem no sistema climático.*

IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

As mudanças climáticas têm um impacto profundo e multifacetado em várias escalas, afetando tudo, desde a temperatura média global até ecossistemas específicos. Globalmente, as mudanças climáticas estão causando o aumento das temperaturas, a elevação do nível do mar e a maior frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, como furacões, secas e inundações. Esses fenômenos estão afetando economias, ecossistemas e comunidades em todo o planeta, exacerbando desigualdades e criando novos desafios para o desenvolvimento sustentável.

Em escalas regionais, os impactos podem variar significativamente. Algumas áreas podem enfrentar secas severas e desertificação, enquanto outras podem sofrer com inundações devastadoras e erosão costeira. Ecossistemas específicos, como recifes de coral, florestas tropicais e áreas como o Pantanal brasileiro, estão particularmente vulneráveis, enfrentando riscos de degradação e perda de biodiversidade. A capacidade de adaptação de diferentes regiões e ecossistemas depende de fatores como desenvolvimento econômico, infraestrutura e políticas de gestão ambiental.

As mudanças climáticas têm impactos significativos e variados no Brasil, afetando diversos ecossistemas únicos e essenciais.

Na **Amazônia**, o aumento da temperatura e as mudanças nos padrões de chuva estão levando à savanização e à perda de biodiversidade, acelerados pelo desmatamento, por práticas predatórias em larga escala do agronegócio e mineração com o aumento de incêndios florestais frequentes.

Na **Caatinga**, a intensificação da aridez e a redução da disponibilidade de água estão promovendo a desertificação e ameaçando a flora e a fauna locais. Anos de exploração de

madeira (para produção de gesso, carvoarias, etc.), desmatamentos, queimadas, o cultivo de monoculturas com uso de agrotóxicos, e outras tantas ações contribuem para a deterioração do bioma.

O **Cerrado** enfrenta mudanças no regime de chuvas e aumento da temperatura, resultando em incêndios mais frequentes. A expansão do agronegócio em grandes proporções ameaça sua vegetação nativa.

No **Pantanal**, as alterações no ciclo hidrológico têm causado períodos de seca mais prolongados e enchentes severas, prejudicando a biodiversidade aquática e terrestre. O desmatamento e o agronegócio têm intensificado a ocorrência de grandes incêndios acelerando a destruição do bioma.

Nos **Pampas**, mudanças na temperatura e nas chuvas estão afetando a vegetação e a fauna, com a intensificação da agricultura de monoculturas, como a soja, e da pecuária causando degradação do solo e perda de habitats.

A **Mata Atlântica** sofre com a fragmentação florestal e as mudanças climáticas, que, junto com o desmatamento e a urbanização, reduzem drasticamente as áreas de floresta e ameaçam sua biodiversidade.

Escala	Categoria	Descrição	Evidência
Global	Mudanças na Temperatura Global	A temperatura média global tem aumentado de forma consistente desde a Revolução Industrial, principalmente devido às atividades humanas que aumentam as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera.	Dados de temperatura global mostram um aumento de aproximadamente 1,2°C desde o final do século XIX.
	Elevação do Nível do Mar	O nível do mar está subindo devido ao derretimento das calotas polares e geleiras, bem como à expansão térmica da água do mar à medida que ela aquece.	Desde 1880, o nível global do mar subiu cerca de 20 cm, com uma taxa de aumento que tem acelerado nas últimas décadas.
	Eventos Climáticos Extremos	A frequência e a intensidade de eventos climáticos extremos, como furacões, secas e inundações, têm aumentado devido às mudanças climáticas.	Dados mostram um aumento na intensidade dos furacões no Atlântico e a ocorrência de secas severas em várias regiões do mundo.
Impactos Regionais	Ártico	Derretimento acelerado do gelo marinho e permafrost.	A diminuição da cobertura de gelo marinho no verão tem implicações significativas para a fauna local e as comunidades humanas.
	África Subsaariana	Aumento das temperaturas e mudanças nos padrões de chuva, levando a secas mais frequentes.	A seca no Corno de África tem exacerbado a insegurança alimentar e os conflitos sobre recursos.
	América Latina	Mudanças nos padrões de chuva e aumento das temperaturas.	A Amazônia enfrenta um risco crescente de savanização devido ao desmatamento e às mudanças climáticas.
Impactos nos Ecossistemas	Alterações na Biodiversidade	As mudanças climáticas estão forçando muitas espécies a migrar para novos habitats, alterar seus padrões de comportamento ou enfrentar a extinção.	Muitas espécies polares e de montanha estão particularmente em risco, e ecossistemas marinhos estão sofrendo com a acidificação dos oceanos.
	Habitat Natural e Espécies Ameaçadas	Habitats naturais, como recifes de corais e florestas tropicais, estão sendo degradados ou destruídos devido ao aquecimento das águas, mudanças nos padrões de precipitação e eventos climáticos extremos.	Recifes de corais estão sofrendo branqueamento em massa devido ao aumento da temperatura do mar, afetando a biodiversidade marinha.

INSTÂNCIAS DE DECISÃO, IMPLEMENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

A questão climática começou a emergir como uma pauta global a partir da década de 1970, quando cientistas e ambientalistas começaram a alertar sobre os perigos do aumento das emissões de gases de efeito estufa. O primeiro grande marco foi a **Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano** em 1972, que foi a primeira conferência internacional a reconhecer a necessidade de uma abordagem global para questões ambientais. Esta conferência estabeleceu a base para a criação do **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)**.

Em 1988, a criação do **Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)** representou um avanço significativo. O IPCC tem sido fundamental na produção de relatórios científicos detalhados que informam políticas e negociações internacionais sobre mudanças climáticas. Seus relatórios de avaliação, publicados periodicamente, fornecem uma base científica sólida para entender os impactos das mudanças climáticas, suas causas e as opções de mitigação e adaptação.

A assinatura da **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC)** em 1992 na Cúpula da Terra no Rio de Janeiro consolidou a questão climática como uma prioridade global. A UNFCCC estabeleceu um quadro para ações internacionais, culminando em eventos anuais conhecidos como **Conferências das Partes (COPs)**, onde os países se reúnem para discutir e negociar medidas para combater as mudanças climáticas. O **Protocolo de Quioto de 1997** foi um dos primeiros resultados significativos dessas negociações, estabelecendo metas de redução de emissões para os países desenvolvidos.

O **Acordo de Paris**, adotado em 2015 durante a COP21, representou um marco histórico ao envolver todos os países em compromissos de mitigação das mudanças climáticas, com o objetivo de limitar o aquecimento global a bem abaixo de 2°C e esforçar-se para limitar a 1,5°C. Este acordo introduziu o conceito de **Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)**, onde cada país define suas próprias metas e planos de ação climática.

Este capítulo também apresentará uma perspectiva histórica detalhada, destacando os eventos e acordos internacionais que moldaram o debate climático. Com isso, buscamos fornecer uma visão nítida e contextualizada para que você possa compreender a evolução dessa pauta e a importância das ações atuais e futuras para mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS INSTÂNCIAS?

Ano de criação	Nome	Composição	Perspectiva de criação	Objetivo	Responsabilidades e funções
1972	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo)	Governos nacionais, organizações internacionais	Reconhecimento global da necessidade de abordar questões ambientais em nível internacional	Desenvolver uma estrutura para a cooperação internacional em questões ambientais	Propor recomendações, promover a conscientização e iniciar a cooperação internacional em questões ambientais.
1988	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)	Cientistas, governos nacionais	Fornecer uma avaliação científica abrangente sobre as mudanças climáticas	Avaliar informações científicas, técnicas e socioeconômicas sobre mudanças climáticas	Produzir relatórios de avaliação, apoiar a UNFCCC e fornecer uma base científica para políticas climáticas.
1992	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC)	Governos nacionais	Estabelecer um quadro internacional para combater as mudanças climáticas	Estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera	Organizar as Conferências das Partes (COPs), facilitar a implementação de acordos internacionais, monitorar e revisar as políticas climáticas dos países membros.
1997	Protocolo de Quioto	Governos nacionais	Estabelecer metas de redução de emissões para os países desenvolvidos	Reduzir as emissões de gases de efeito estufa dos países desenvolvidos	Estabelecer metas de emissões vinculativas, mecanismos de mercado como o comércio de emissões, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e Implementação Conjunta (JI).
2015	Acordo de Paris	Governos nacionais	Limitar o aquecimento global a bem abaixo de 2°C e buscar esforços para limitá-lo a 1,5°C	Fortalecer a resposta global à ameaça das mudanças climáticas	Estabelecer Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), revisar e aumentar as metas periodicamente, apoiar a adaptação e financiar ações climáticas nos países em desenvolvimento.

As instâncias de deliberação, implementação e participação desempenham papéis distintos e complementares no enfrentamento das mudanças climáticas.

As instâncias de **deliberação**, como as Conferências das Partes (COPs) organizadas pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), são responsáveis por discutir, negociar e adotar acordos e políticas climáticas internacionais, baseando-se em evidências científicas fornecidas por organismos como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

As instâncias de **implementação**, como o Fundo Verde para o Clima (GCF) e o Fundo de Adaptação, são encarregadas de mobilizar recursos financeiros, aprovar e monitorar projetos que visam mitigar os efeitos das mudanças climáticas e aumentar a resiliência dos países em desenvolvimento.

Já as instâncias de **participação**, como o Fórum Internacional dos Povos Indígenas sobre Mudanças Climáticas (IIPFCC), também conhecido como Caucus Indígena, e a Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP), garantem que as vozes e conhecimentos das comunidades locais e povos indígenas sejam incluídos nas discussões e decisões climáticas, promovendo uma abordagem mais inclusiva e equitativa na formulação de políticas climáticas globais.

Ano de criação	Nome	Composição	Perspectiva de criação	Objetivo	Responsabilidades e funções
2000	Fórum Internacional dos Povos Indígenas sobre Mudanças Climáticas (IIPFCC) ou Caucus Indígena	Representantes indígenas de diversas regiões	Garantir a inclusão e a participação ativa dos povos indígenas nas negociações climáticas internacionais	Representar os interesses e os conhecimentos dos povos indígenas nas negociações climáticas	Defender os direitos indígenas, promover a inclusão dos conhecimentos tradicionais nas políticas climáticas, participar das negociações da UNFCCC.
2015	Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas da Convenção do Clima (LCIPP)	Governos nacionais, representantes de comunidades locais e povos indígenas	Facilitar a integração dos conhecimentos e práticas das comunidades locais e povos indígenas nas políticas climáticas	Fortalecer a participação e a contribuição das comunidades locais e povos indígenas na resposta global às mudanças climáticas	Promover a participação ativa, compartilhar conhecimentos tradicionais, fortalecer a resiliência comunitária e influenciar as políticas climáticas.

COMO FUNCIONA O PROCESSO DE DECISÃO?

O processo de decisão no contexto das mudanças climáticas envolve várias etapas e a participação de múltiplos atores, incluindo governos nacionais, organizações internacionais, comunidades locais e povos indígenas, movimentos sociais, organizações não-governamentais (ONGs) e o setor privado.

Esse processo pode variar dependendo da instância ou organização específica, mas geralmente segue um fluxo semelhante:

1. Identificação de Problemas e Definição de Agenda

- **Identificação de Problemas:** Cientistas, ONGs, movimentos sociais e outras partes interessadas identificam problemas ambientais e climáticos emergentes através de pesquisas e monitoramentos.
- **Definição de Agenda:** Esses problemas são apresentados em conferências, relatórios científicos (como os do IPCC) e outros fóruns para incluir os temas relevantes na agenda internacional.

2. Elaboração de Políticas e Propostas

- **Consultas e Deliberações:** Governos, cientistas, ONGs, movimentos sociais e representantes de comunidades locais e povos indígenas discutem e elaboram propostas de políticas e ações.
- **Propostas e Relatórios:** As propostas são frequentemente baseadas em evidências científicas e incluem contribuições de várias partes interessadas. Relatórios do IPCC, por exemplo, servem como base para essas discussões.

3. Negociação e Adoção de Acordos

- **Negociações:** Durante conferências como as COPs da UNFCCC, representantes dos governos negociam os termos de acordos internacionais. Este processo pode envolver concessões e compromissos para atingir um consenso.
- **Adoção de Acordos:** Uma vez alcançado o consenso, os acordos são formalmente adotados. Exemplos incluem o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris.

4. Implementação e Monitoramento

- **Implementação:** Os países implementam os acordos através de políticas nacionais, como as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) no contexto do Acordo de Paris. Isso pode incluir legislações, regulamentos e programas específicos.
- **Monitoramento:** Organizações internacionais e nacionais monitoram o progresso na implementação dos acordos. Relatórios periódicos e avaliações são realizados para garantir a conformidade e eficácia das políticas.

5. Avaliação e Revisão

- **Avaliação:** O progresso e os resultados das políticas e acordos são avaliados regularmente. Isso pode incluir avaliações científicas, econômicas e sociais.
- **Revisão e Atualização:** Com base nas avaliações, as políticas e acordos podem ser revisados e atualizados para melhorar sua eficácia e abordar novos desafios. As COPs da UNFCCC, por exemplo, proporcionam um fórum para essas revisões.

CONFERÊNCIAS DAS PARTES

As **Conferências das Partes (COPs) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC)** tornaram-se um espaço cada vez mais importante no debate climático global devido à urgência e complexidade dos desafios impostos pelas mudanças climáticas. Estabelecidas pela UNFCCC, as COPs reúnem anualmente representantes de quase todos os países do mundo, assim como observadores de organizações internacionais, ONGs, movimentos sociais, cientistas e outros grupos de interesse. Essas conferências são cruciais para a formulação, negociação e implementação de políticas climáticas internacionais, permitindo que as nações colaborem, compartilhem conhecimentos e coordenem ações para enfrentar as mudanças climáticas.

O papel das COPs é central na busca por soluções globais para mitigar as emissões de gases de efeito estufa e promover a adaptação às mudanças climáticas. Entre os marcos significativos alcançados nas COPs estão o Protocolo de Quioto, que estabeleceu metas vinculantes de redução de emissões para os países desenvolvidos, e o Acordo de Paris, que envolve compromissos universais para limitar o aumento da temperatura global a bem abaixo de 2°C, com esforços para limitar a 1,5°C. As COPs também servem como um fórum para monitorar o progresso dos compromissos assumidos, discutir novos desafios emergentes e financiar iniciativas climáticas em países em desenvolvimento.

Além das COPs, existem dois órgãos subsidiários essenciais que assessoram a UNFCCC em questões científicas, tecnológicas e de implementação: o **Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA)** e o **Órgão Subsidiário de Implementação (SBI)**.

O SBSTA fornece informações científicas e técnicas à COP, assessorando sobre questões relacionadas à ciência, tecnologia e metodologia necessárias para a implementação da Convenção. Suas responsabilidades incluem a avaliação de novas tecnologias para mitigação, desenvolvimento de metodologias para inventários de gases de efeito estufa, e promoção da transferência de tecnologia e pesquisa sobre mitigação e adaptação. O SBSTA desempenha um papel crucial em garantir que as decisões da COP sejam baseadas em evidências científicas robustas.

O SBI é responsável por monitorar e revisar a implementação das decisões da COP e dos compromissos das partes. Ele examina a implementação dos compromissos assumidos, fornece orientação sobre políticas climáticas, avalia a necessidade de financiamento e capacitação, e analisa os relatórios de implementação das partes. O trabalho do SBI é fundamental para garantir que as políticas e acordos climáticos sejam efetivamente implementados e que os países cumpram seus compromissos.

	Função principal	Responsabilidades	Composição	Frequência de encontro
COP	Deliberação e Negociação	Negociar e adotar acordos climáticos, estabelecer políticas globais, monitorar o progresso dos compromissos das partes, coordenar ações globais.	Governos nacionais, ONGs, movimentos sociais, organizações internacionais, setor privado, comunidades indígenas e locais	Anualmente
SBSTA	Assessoramento Científico e Tecnológico	Fornecer informações científicas e técnicas, desenvolver metodologias, avaliar tecnologias, promover pesquisa e cooperação científica.	Cientistas, especialistas técnicos, representantes de governos nacionais	Duas vezes por ano
SBI	Implementação e Monitoramento	Monitorar e revisar a implementação dos compromissos, fornecer orientação para implementação, avaliar necessidades de financiamento e capacitação, analisar relatórios nacionais e promover revisões periódicas.	Representantes de governos nacionais, especialistas em políticas climáticas	Duas vezes por ano

Apesar da importância e dos sucessos das COPs, elas também enfrentam várias críticas e questionamentos. Um dos principais pontos de crítica é a percepção de que as negociações muitas vezes avançam lentamente e resultam em compromissos insuficientes para enfrentar a magnitude da crise climática. Além disso, há preocupações sobre a implementação efetiva dos acordos, dado que muitos países não cumprem plenamente suas metas de redução de emissões.

Outro ponto de crítica é a equidade e justiça nas negociações. Países em desenvolvimento e comunidades territoriais (indígenas, quilombolas, extrativistas, comunidades periféricas) não recebem apoio financeiro e tecnológico suficiente para implementar ações climáticas ambiciosas e lidar com os impactos das mudanças climáticas. A participação das comunidades locais e povos indígenas, embora crescente, ainda enfrenta barreiras significativas, e suas contribuições muitas vezes não são plenamente reconhecidas ou integradas nas políticas globais.

Adicionalmente, a influência das indústrias de combustíveis fósseis e outros interesses econômicos nos processos de negociação das COPs levanta questões sobre a integridade e a eficácia das decisões tomadas. Críticos argumentam que a presença e o lobby dessas indústrias podem diluir as ambições climáticas e atrasar a transição para energias renováveis.

Em resumo, enquanto as COPs e suas instâncias subsidiárias como o SBSTA e o SBI desempenham um papel crucial no combate às mudanças climáticas, é essencial continuar abordando suas limitações e desafios para garantir que esses espaços de deliberação internacional sejam eficazes, inclusivos e justos.

PRINCIPAIS DECISÕES E RESULTADOS DE CADA CONFERÊNCIA

- **COP 1 (1995):** Mandato de Berlim, que lançou o processo para negociar compromissos adicionais de redução de emissões para os países desenvolvidos.
- **COP 3 (1997):** Protocolo de Quioto, estabelecendo metas de redução de emissões para países desenvolvidos.
- **COP 15 (2009):** Acordo de Copenhague, com compromissos voluntários de redução de emissões.
- **COP 21 (2015):** Acordo de Paris, com compromissos globais para limitar o aquecimento global.
- **COP 26 (2021):** Pacto Climático de Glasgow, reforçando compromissos de redução de emissões e financiamento climático.
- **COP 28 (2023):** Compromissos para triplicar a capacidade de energia renovável e dobrar as melhorias de eficiência energética até 2030.

PERSPECTIVAS E EXPECTATIVAS PARA AS PRÓXIMAS CONFERÊNCIAS

Com a urgência crescente da crise climática, as futuras Conferências das Partes (COPs) são vistas como cruciais para intensificar as ações globais e fortalecer os compromissos internacionais. Este capítulo explora as previsões e expectativas para as próximas conferências, destacando os temas centrais e a importância da incidência da sociedade civil e das comunidades territoriais na formulação e implementação das políticas climáticas.

COP 29 (2024)

A COP 29 será uma conferência preparatória para a revisão e desenvolvimento de novas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), que são compromissos de cada país para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Além disso, haverá um foco significativo em discussões sobre financiamento climático e transição justa.

Pontos Importantes:

- **Desenvolvimento de Novas NDCs:** Os países serão incentivados a apresentar NDCs mais ambiciosas até 2025, refletindo os avanços tecnológicos e as novas realidades econômicas. Este processo é essencial para manter a trajetória de aquecimento global abaixo de 1,5°C.
 - Perspectiva da Sociedade Civil: Organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais terão um papel crítico em pressionar os governos para aumentar suas ambições climáticas e garantir que as NDCs sejam transparentes, inclusivas e equitativas.
 - Incidência das Comunidades Territoriais: As comunidades indígenas e locais, como os quilombolas e representantes de periferias urbanas, devem ser consultadas e incluídas no desenvolvimento das NDCs, garantindo que suas necessidades e conhecimentos tradicionais sejam integrados nas estratégias nacionais de mitigação e adaptação.
- **Financiamento Climático:** Haverá discussões aprofundadas sobre a mobilização de recursos financeiros para apoiar ações climáticas, especialmente em países em desenvolvimento. A alocação de fundos e a transparência no uso desses recursos serão questões centrais.
 - Perspectiva da Sociedade Civil: A sociedade civil pode desempenhar um papel vital ao monitorar a distribuição dos fundos climáticos e defender uma maior equidade na distribuição de recursos.
 - Incidência das Comunidades Territoriais: Garantir que os recursos financeiros cheguem às comunidades mais vulneráveis e que elas possam acessar fundos para projetos de adaptação e mitigação.
- **Transição Justa:** A COP 29 abordará a necessidade de uma transição justa para uma economia de baixo carbono, garantindo que os trabalhadores e comunidades dependentes das indústrias de combustíveis fósseis não sejam deixados para trás.
 - Perspectiva da Sociedade Civil: Movimentos trabalhistas e organizações de direitos humanos serão fundamentais para defender políticas que protejam os direitos dos trabalhadores durante a transição.
 - Incidência das Comunidades Territoriais: As comunidades locais devem ser ativamente envolvidas na criação de novas oportunidades econômicas sustentáveis, assegurando uma transição justa e inclusiva.

COP 30 (2025)

A COP 30, que será realizada no Brasil, continuará as negociações para a implementação do Acordo de Paris, com foco em financiamento climático, adaptação e mitigação. O suporte técnico para os países em desenvolvimento e vulneráveis será uma prioridade, assim como a revisão das NDCs.

Pontos Importantes:

- **Implementação do Acordo de Paris:** A conferência avaliará o progresso na implementação do Acordo de Paris, com ênfase na revisão das NDCs e no cumprimento dos compromissos financeiros e técnicos assumidos.
 - Perspectiva da Sociedade Civil: ONGs e movimentos sociais continuarão a monitorar e avaliar a implementação do Acordo, promovendo a responsabilidade e a transparência dos governos.
 - Incidência das Comunidades Territoriais: A participação das comunidades indígenas, quilombolas e das periferias urbanas será crucial para garantir que as ações de implementação reflitam suas necessidades e conhecimentos.
- **Financiamento Climático:** Haverá um foco renovado na mobilização de recursos financeiros, incluindo a revisão do Fundo Verde para o Clima (GCF) e outros mecanismos financeiros para apoiar ações de mitigação e adaptação.
 - Perspectiva da Sociedade Civil: Organizações da sociedade civil defenderão uma maior transparência e equidade na distribuição dos recursos financeiros, garantindo que cheguem às comunidades mais necessitadas.
 - Incidência das Comunidades Territoriais: É essencial que as comunidades vulneráveis tenham acesso direto aos fundos climáticos para implementar projetos de adaptação e mitigação em nível local.
- **Adaptação e Mitigação:** A COP 30 enfatizará a importância de fortalecer as capacidades de adaptação e mitigação dos países em desenvolvimento, com suporte técnico e financeiro adequado.
 - Perspectiva da Sociedade Civil: A sociedade civil pode ajudar a identificar e promover melhores práticas e tecnologias de adaptação e mitigação.
 - Incidência das Comunidades Territoriais: As comunidades locais devem ser capacitadas e receber suporte técnico para implementar soluções de adaptação e mitigação baseadas em seus conhecimentos tradicionais e necessidades específicas.
- **Suporte Técnico para Países em Desenvolvimento e Vulneráveis:** A conferência destacará a necessidade de fornecer assistência técnica e capacitação para ajudar os países em desenvolvimento a implementar suas NDCs e outras políticas climáticas.
 - Perspectiva da Sociedade Civil: ONGs, movimentos sociais e instituições acadêmicas podem colaborar na provisão de assistência técnica e na capacitação das comunidades locais.
 - Incidência das Comunidades Territoriais: O suporte técnico deve ser adaptado às realidades locais, envolvendo diretamente as comunidades na co-criação e implementação de soluções climáticas.

HISTÓRICO DAS COPS

Ano	COP	Local de Realização	Principais Debates e Destaques
1995	COP1	Berlim, Alemanha	Lançamento do processo de negociações para compromissos mais fortes, levando ao Protocolo de Quioto.
1996	COP2	Genebra, Suíça	Discussões sobre a implementação da UNFCCC, com foco em políticas e medidas dos países desenvolvidos.
1997	COP3	Quioto, Japão	Adoção do Protocolo de Quioto, estabelecendo metas de redução de emissões para os países desenvolvidos.
1998	COP4	Buenos Aires, Argentina	Plano de Ação de Buenos Aires, estabelecendo um cronograma para a implementação do Protocolo de Quioto.
1999	COP5	Bonn, Alemanha	Discussões técnicas sobre a implementação do Protocolo de Quioto, incluindo mecanismos de flexibilidade.
2000	COP6	Haia, Países Baixos	Negociações sobre os mecanismos de flexibilidade e financiamento para adaptação; encerrada sem acordo final.
2001	COP6-bis	Bonn, Alemanha	Acordo de Bonn, estabelecendo compromissos financeiros e detalhes dos mecanismos de flexibilidade do Protocolo de Quioto.
2001	COP7	Marrakesh, Marrocos	Adoção dos Acordos de Marrakesh, fornecendo regras detalhadas para a implementação do Protocolo de Quioto.
2002	COP8	Nova Délhi, Índia	Discussões sobre desenvolvimento sustentável e medidas de adaptação, com foco em países em desenvolvimento.
2003	COP9	Milão, Itália	Avanços na implementação dos mecanismos de flexibilidade e no financiamento para adaptação.
2004	COP10	Buenos Aires, Argentina	Discussões sobre adaptação, mitigação e o papel das florestas na absorção de carbono; lançamento do Plano de Ação de Buenos Aires.
2005	COP11	Montreal, Canadá	Primeiro encontro das Partes do Protocolo de Quioto; lançamento do Diálogo de Montreal sobre ações de longo prazo para enfrentar a mudança climática.
2006	COP12	Nairóbi, Quênia	Discussões sobre adaptação, com a criação do Fundo de Adaptação; foco na implementação de projetos no âmbito do Protocolo de Quioto.
2007	COP13	Bali, Indonésia	Adoção do Plano de Ação de Bali, estabelecendo um cronograma para um novo acordo climático pós-2012.
2008	COP14	Poznań, Polônia	Discussões sobre financiamento para mitigação e adaptação; progresso nas negociações do Plano de Ação de Bali.
2009	COP15	Copenhague, Dinamarca	Negociações intensas resultando no Acordo de Copenhague, com compromissos voluntários de redução de emissões; críticas pela falta de um acordo vinculativo.
2010	COP16	Cancún, México	Adoção do Acordo de Cancún, estabelecendo novos fundos e instituições para apoiar mitigação e adaptação, incluindo o Fundo Verde para o Clima.

Ano	COP	Local de Realização	Principais Debates e Destaques
2011	COP17	Durban, África do Sul	Lançamento da Plataforma de Durban para Ação Reforçada, iniciando negociações para um novo acordo climático global a ser adotado em 2015.
2012	COP18	Doha, Catar	Prorrogação do Protocolo de Quioto até 2020; lançamento do processo de negociação do novo acordo global de 2015.
2013	COP19	Varsóvia, Polônia	Estabelecimento do Mecanismo Internacional de Varsóvia para Perdas e Danos associados aos impactos das mudanças climáticas.
2014	COP20	Lima, Peru	Adoção do Chamamento de Lima para a Ação Climática, preparando o terreno para o Acordo de Paris; compromissos de apresentação das INDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas).
2015	COP21	Paris, França	Adoção do Acordo de Paris, com compromissos de todos os países para limitar o aquecimento global a bem abaixo de 2°C e esforços para limitá-lo a 1.5°C.
2016	COP22	Marrakesh, Marrocos	Foco na implementação do Acordo de Paris; lançamento da Parceria de Marrakesh para Ação Climática Global.
2017	COP23	Bonn, Alemanha (presidida por Fiji)	Avanços nas regras de implementação do Acordo de Paris; lançamento da Parceria de Talanoa para diálogo inclusivo.
2018	COP24	Katowice, Polônia	Adoção do Livro de Regras de Katowice, detalhando as diretrizes para a implementação do Acordo de Paris.
2019	COP25	Madri, Espanha (presidida pelo Chile)	Discussões sobre mercados de carbono e mecanismos de financiamento; adiamento de decisões importantes para a COP26.
2021	COP26	Glasgow, Reino Unido	Compromissos reforçados para redução de emissões; acordos sobre financiamento climático e o Pacto Climático de Glasgow para acelerar a ação climática.
2022	COP27	Sharm El-Sheikh, Egito	Foco em adaptação, financiamento climático e o estabelecimento do Fundo de Perdas e Danos para apoiar países vulneráveis.
2023	COP28	Dubai, Emirados Árabes Unidos	Primeira "balanço global" das metas do Acordo de Paris; compromissos para triplicar a capacidade de energia renovável e dobrar as melhorias de eficiência energética até 2030.
2024	COP29	Baku, Azerbaijão	Em andamento: foco na preparação e desenvolvimento de novas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) até 2025; discussões sobre financiamento climático e transição justa.
2025	COP30	Brasil	Em planejamento: esperada a continuação das negociações para a implementação do Acordo de Paris, com foco em financiamento climático, adaptação e mitigação; suporte técnico para os países em desenvolvimento e vulneráveis.

AÇÃO E SOLUÇÕES CLIMÁTICAS EM DEBATE

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios da nossa era, exigindo ações urgentes e coordenadas em nível global, nacional e local. Este capítulo explora as principais ações e soluções climáticas que estão sendo implementadas para mitigar os impactos das mudanças climáticas e promover um futuro sustentável e resiliente. No entanto, é importante também abordar os questionamentos e críticas que essas soluções enfrentam, garantindo um entendimento completo e equilibrado.

MITIGAÇÃO

Mitigação refere-se aos esforços para reduzir ou prevenir a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, com o objetivo de limitar o aquecimento global e suas consequências adversas.

Pontos Importantes:

- **Redução de Emissões:** Implementação de políticas e ações para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), como dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄) e óxidos de nitrogênio (NO_x).
- **Transição para Energias Renováveis:** Promoção da substituição de combustíveis fósseis por fontes de energia renováveis como solar, eólica e biomassa, promovendo essa transição com atenção real para garantia de direitos das comunidades impactadas por essas fontes.
- **Tecnologias de Captura e Armazenamento de Carbono (CCS):** Desenvolvimento de tecnologias para capturar e armazenar CO₂ da atmosfera ou de processos industriais.
- **Eficiência Energética:** Incentivo a práticas e tecnologias que aumentam a eficiência no uso de energia.

Perspectivas:

- **Incidência da Sociedade Civil:** Pressionar os governos para aumentar suas ambições climáticas e garantir que as políticas de mitigação sejam transparentes e equitativas.
- **Participação das Comunidades Territoriais:** Integração das necessidades e conhecimentos tradicionais das comunidades indígenas e locais nas estratégias de mitigação.

Críticas e Questionamentos:

- **Insuficiência das Metas de Redução:** Muitas metas de redução de emissões são consideradas inadequadas para limitar o aquecimento global a 1,5°C.
- **Dependência de Tecnologias Não Comprovadas:** A confiança excessiva em tecnologias de captura e armazenamento de carbono (CCS), que ainda não foram amplamente comprovadas em escala, levanta preocupações sobre sua eficácia.
- **Impactos Socioeconômicos:** A transição para energias renováveis pode trazer impactos negativos já que mesmo as hidrelétricas e eólicas causam extensas transformações territoriais, sociais e ambientais.

ADAPTAÇÃO

Adaptação refere-se às iniciativas e medidas tomadas para reduzir a vulnerabilidade de comunidades e ecossistemas aos impactos adversos das mudanças climáticas, melhorando sua capacidade de enfrentar e se recuperar desses impactos.

Pontos Importantes:

- **Fortalecimento da Resiliência Climática:** Implementação de estratégias para aumentar a resiliência das comunidades vulneráveis.
- **Desenvolvimento de Infraestruturas Adaptativas:** Construção de infraestruturas que possam resistir aos impactos climáticos.
- **Práticas Agrícolas Sustentáveis:** Introdução de técnicas agrícolas resistentes às mudanças climáticas sem o uso de agrotóxicos.
- **Planos de Ação Nacionais de Adaptação (NAPs):** Desenvolvimento de planos nacionais para enfrentar os impactos das mudanças climáticas.

Perspectivas:

- **Incidência da Sociedade Civil:** Monitorar a implementação de políticas de adaptação e promover a inclusão de comunidades vulneráveis.
- **Participação das Comunidades Territoriais:** Capacitação e suporte técnico para implementar soluções de adaptação baseadas em conhecimentos tradicionais.

Críticas e Questionamentos:

- **Falta de Financiamento:** Os recursos destinados à adaptação são frequentemente insuficientes, especialmente para os países em desenvolvimento.
- **Desigualdade na Implementação:** Há uma preocupação de que as políticas de adaptação não alcancem as comunidades mais vulneráveis e necessitadas.
- **Capacidade de Implementação:** Muitas vezes, falta capacidade técnica e institucional para implementar efetivamente as políticas de adaptação.

FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Financiamento climático refere-se ao fornecimento de recursos financeiros para apoiar atividades de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, especialmente em países em desenvolvimento.

Pontos Importantes:

- **Aumento dos Fundos Climáticos:** Mobilização de recursos financeiros para apoiar projetos climáticos globais.
- **Distribuição Equitativa dos Fundos:** Garantir que os fundos sejam distribuídos de maneira justa, priorizando comunidades mais vulneráveis.
- **Mecanismos de Financiamento:** Criação e fortalecimento de mecanismos financeiros como o Fundo Verde para o Clima (GCF).
- **Transparência e Responsabilização:** Implementação de sistemas de monitoramento para garantir o uso eficaz dos fundos.

Perspectivas:

- **Incidência da Sociedade Civil:** Monitorar a distribuição dos fundos e promover maior transparência.
- **Participação das Comunidades Territoriais:** Garantir que as comunidades vulneráveis tenham acesso direto aos fundos para implementar projetos locais.

Críticas e Questionamentos:

- **Compromissos Não Cumpridos:** Muitos países desenvolvidos não cumprem seus compromissos financeiros, deixando uma lacuna significativa no financiamento necessário.
- **Transparência e Gestão:** Preocupações sobre a transparência e a gestão dos fundos, incluindo a corrupção e a má alocação de recursos.
- **Acesso aos Fundos:** Barreiras burocráticas e técnicas frequentemente dificultam o acesso dos países em desenvolvimento e comunidades locais aos fundos climáticos.

JUSTIÇA CLIMÁTICA

Justiça climática é o reconhecimento de que as mudanças climáticas têm impactos desiguais em diferentes comunidades, especialmente aquelas mais vulneráveis e menos responsáveis pelas emissões de GEE. Envolve a inclusão de comunidades marginalizadas nas políticas climáticas e a garantia de uma transição justa.

Pontos Importantes:

- **Inclusão de Comunidades Marginalizadas:** Garantir que as vozes das comunidades mais afetadas sejam ouvidas e consideradas nas decisões políticas.
- **Transição Justa:** Promover políticas que protejam os trabalhadores e comunidades dependentes das indústrias de combustíveis fósseis.
- **Direitos Humanos e Equidade:** Integrar princípios de direitos humanos e equidade nas políticas climáticas.
- **Responsabilidade Histórica:** Reconhecer a responsabilidade histórica dos países desenvolvidos pelas emissões de GEE.

Perspectivas:

- **Incidência da Sociedade Civil:** Defender políticas que promovam a equidade e a justiça nas ações climáticas.
- **Participação das Comunidades Territoriais:** Assegurar que as políticas climáticas reflitam as necessidades e conhecimentos das comunidades indígenas e locais.
- **Demarcação:** A demarcação de Terras Indígenas e Quilombolas deve ser entendida como uma tecnologia social fundamental dentro das estratégias de promoção da Justiça Climática aos impactos gerados pelas crises no clima.

Críticas e Questionamentos:

- **Participação Insuficiente:** Muitas vezes, as comunidades mais afetadas não têm representação adequada nos processos de decisão climática.
- **Desigualdade nos Impactos:** As políticas climáticas podem, inadvertidamente, exacerbar as desigualdades se não forem cuidadosamente projetadas.
- **Responsabilidade e Compensação:** Debates sobre a compensação adequada para as comunidades que já estão sofrendo os impactos das mudanças climáticas e a responsabilidade dos maiores emissores históricos.

JUSTIÇA CLIMÁTICA SEM COMBATE ÀS DESIGUALDADES RACIAIS É COLONIALISMO

A conexão entre justiça ambiental e racismo ambiental destaca as desigualdades sistêmicas e os impactos desproporcionais das crises ambientais sobre populações indígenas, quilombolas e negras das periferias.

Como reforça a Coalizão Negra por Direitos: “Justiça climática sem justiça racial é o novo colonialismo”. Esta afirmação destaca a necessidade urgente de integrar a justiça racial nas políticas e ações climáticas para evitar a perpetuação de desigualdades históricas.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) também reforça a importância dessa abordagem ao afirmar que: “Não existe solução para a crise climática sem os povos indígenas”. Estas declarações evidenciam a interdependência entre a justiça climática e a justiça racial.

O racismo ambiental não é apenas uma questão de políticas ambientais ineficazes, mas uma manifestação do racismo estrutural que se fortalece com as profundas desigualdades sociais e econômicas criadas pelo capitalismo. Para resolver a crise climática e ambiental de maneira justa, é imperativo enfrentar o racismo ambiental e garantir que as políticas de justiça ambiental incluam especialmente as pessoas que têm sido historicamente marginalizadas.

Indígenas, quilombolas e pessoas negras que vivem nas periferias urbanas são a maioria da população que recebe os impactos mais agressivos das mudanças climáticas. Forçadas a viver em áreas inseguras, essas populações são as maiores vítimas de desastres naturais, como fortes chuvas que causam inundações e deslizamentos de terra. Esta vulnerabilidade é um reflexo direto de políticas públicas inadequadas e de um histórico de exclusão e discriminação.

Para combater o problema de maneira eficaz, é central implementar políticas públicas de regularização fundiária e garantir acesso à moradia digna nas cidades. Isso inclui investimentos em infraestrutura urbana e programas habitacionais que promovam a segurança e a qualidade de vida para as pessoas. Paralelamente, fora do espaço urbano, a demarcação e o respeito aos territórios indígenas e quilombolas são fundamentais. Estes territórios não apenas são vitais para a sobrevivência cultural e física dessas comunidades, mas também desempenham um papel crucial na preservação da biodiversidade e no combate às mudanças climáticas.

Ação e Perspectivas Futuras:

- **Reconhecimento e Reparação:** Reconhecer o histórico de desigualdade e racismo ambiental e promover políticas de reparação e justiça.
- **Participação Inclusiva:** Garantir que todas as comunidades tenham voz e participação efetiva nos processos de tomada de decisão ambiental.
- **Distribuição Justa de Recursos:** Redistribuir recursos e infraestrutura para garantir que todas as populações tenham acesso igual a serviços essenciais e proteção ambiental.
- **Demarcação:** Garantir a demarcação e proteção de Terras Indígenas e Quilombolas como políticas centrais no enfrentamento das mudanças climáticas.

NÃO EXISTE SOLUÇÃO SEM PROTEGER O TERRITÓRIO

A participação e o protagonismo das comunidades locais, povos indígenas, quilombolas, povos tradicionais e comunidades periféricas impactadas são essenciais para a efetiva solução da crise climática. Esses grupos desempenham um papel vital na preservação dos ecossistemas, na manutenção da biodiversidade e na mitigação das mudanças climáticas através de práticas sustentáveis e conhecimentos tradicionais.

A IMPORTÂNCIA DAS COMUNIDADES LOCAIS, QUILOMBOLAS E POVOS INDÍGENAS PARA O ENFRENTAMENTO CLIMÁTICO

Em todos os continentes, os povos indígenas e tradicionais, como os quilombolas no Brasil, lutam para proteger suas terras e garantir a todas as espécies o direito de viver. A luta desses povos é pela sobrevivência de suas comunidades e pela proteção dos últimos territórios ancestrais, fundamentais para enfrentar a crise climática global. A demarcação de terras indígenas e quilombolas é vital não apenas para os próprios povos, mas também para toda a humanidade, pois essas terras funcionam como barreiras naturais contra práticas extrativistas que agravam a crise climática.

Os povos indígenas e comunidades locais têm uma relação de respeito e manejo sustentável com o território, agindo como os maiores guardiões dos biomas do planeta. Organizações como a ONU e diversos institutos de pesquisa reconhecem que os povos indígenas são os principais responsáveis pela preservação dos biomas globais. A proteção dessas terras é crucial para manter os ecossistemas equilibrados e saudáveis.

IMPACTOS DA CRISE CLIMÁTICA NAS COMUNIDADES LOCAIS, QUILOMBOLAS E POVOS INDÍGENAS

Os povos indígenas e comunidades locais da América Latina, incluindo o Brasil, estão entre os primeiros e mais impactados pela crise climática.

Isso ocorre por várias razões:

1. **Localização Geográfica:** Muitos povos indígenas vivem em áreas ecologicamente sensíveis, como florestas tropicais, zonas costeiras e montanhas, que são altamente vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas.
2. **Dependência dos Recursos Naturais:** Essas comunidades dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência, como água, terra e biodiversidade. As mudanças climáticas afetam diretamente a disponibilidade e qualidade desses recursos.
3. **Cultura e Identidade:** A identidade cultural e os modos de vida dessas comunidades estão profundamente ligados ao seu território. As mudanças ambientais e a perda de terras devido a desastres naturais ou atividades extrativistas afetam sua cultura e modo de vida.
4. **Saúde e Bem viver:** As mudanças climáticas exacerbam problemas de saúde devido ao aumento de doenças transmitidas por vetores, insegurança alimentar e desastres naturais.

Exemplos Específicos:

- **Amazônia:** Na Amazônia, o aumento das temperaturas e a mudança nos padrões de chuva afetam diretamente as florestas e os rios, impactando a pesca, a agricultura e a coleta de produtos florestais. Além disso, a expansão da fronteira agrícola, a mineração e as queimadas ilegais aumentam a vulnerabilidade das comunidades indígenas.

- **Nordeste do Brasil:** Na Caatinga, a desertificação e a seca prolongada ameaçam a sobrevivência de muitas comunidades tradicionais, que dependem da agricultura de subsistência e da pecuária.
- **Centro Oeste brasileiro:** Os biomas do cerrado e do pantanal enfrentam sérios impactos devido às atividades humanas, como a expansão agrícola descontrolada no cerrado, que resulta em degradação do solo e perda de biodiversidade, afetando comunidades locais. No pantanal, as queimadas para abertura de pastagens têm devastado vastas áreas de vegetação nativa, causando perda de habitat e contribuindo para eventos climáticos extremos. Essas ações comprometem não apenas a integridade ecológica dos biomas, mas também ameaçam a sobrevivência cultural e econômica das populações tradicionais que dependem desses recursos naturais.
- **O Brasil do Sul e Sudeste:** Os povos que habitam o sul do Brasil enfrentam impactos significativos devido às mudanças climáticas, especialmente após as grandes inundações que assolaram o Rio Grande do Sul. Esses eventos extremos têm deslocado comunidades inteiras, transformando muitos residentes locais em refugiados climáticos. Os biomas do Pampas e Mata Atlântica têm sido severamente explorados e gerados conflitos sociais nos diversos povos e comunidades que vivem na região.

PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA EFETIVA PARTICIPAÇÃO E INCIDÊNCIA

Apesar de sua importância, os povos indígenas e comunidades locais enfrentam inúmeras dificuldades para participar efetivamente das decisões climáticas globais e serem reconhecidos como solucionadores da crise.

Essas dificuldades incluem:

- **Desigualdade de Acesso:** Muitos povos indígenas e comunidades locais não têm acesso direto aos espaços de decisão e financiamento climático.
- **Perseguição e Violência:** Defensores de terras indígenas, quilombolas e de periferias urbanas frequentemente enfrentam perseguição, violência e genocídio, dificultando suas ações de preservação e defesa territorial.
- **Desconexão com Inovações Tecnológicas:** Embora as soluções indígenas estejam alinhadas com o equilíbrio ambiental, muitas vezes elas são desconsideradas em debates focados em inovações tecnológicas e complexos sistemas financeiros.
- **Falta de Reconhecimento:** As contribuições dos povos indígenas são frequentemente subestimadas ou ignoradas nas discussões climáticas globais.

ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO INDÍGENA E DAS COMUNIDADES LOCAIS

Fórum Internacional dos Povos Indígenas sobre Mudanças Climáticas (IIPFCC) ou Caucus Indígena

- **Descrição:** Plataforma global que reúne representantes indígenas para discutir e influenciar as políticas climáticas internacionais.
- **Objetivo:** Garantir a inclusão e a participação ativa dos povos indígenas nas negociações climáticas globais.
- **Composição:** Representantes indígenas de diversas regiões do mundo.
- **Possibilidades de Ação:** Participação em negociações da UNFCCC, elaboração de propostas políticas e advocacy.
- **Principais Críticas:** Necessidade de maior reconhecimento e integração das propostas indígenas nas decisões finais.

Pavilhão Indígena na COP

- **Descrição:** Espaço dentro da Blue Zone da COP dedicado aos povos indígenas de todo o mundo.
- **Objetivo:** Proporcionar uma plataforma para que os povos indígenas apresentem suas preocupações, soluções e conhecimentos tradicionais diretamente aos participantes da COP.
- **Composição:** Representantes de povos indígenas de todo o mundo.
- **Possibilidades de Ação:** Eventos paralelos, discussões, apresentações culturais e advocacy.
- **Principais Críticas:** Necessidade de maior visibilidade e integração das discussões do Pavilhão Indígena nas decisões formais da COP.

Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas da Convenção do Clima (LCIPP)

- **Descrição:** Plataforma criada pela UNFCCC para integrar os conhecimentos e práticas das comunidades locais e povos indígenas nas políticas climáticas.
- **Objetivo:** Fortalecer a participação e a contribuição das comunidades locais e povos indígenas na resposta global às mudanças climáticas.
- **Composição:** Governos nacionais, representantes de comunidades locais e povos indígenas.
- **Possibilidades de Ação:** Compartilhamento de conhecimentos tradicionais, fortalecimento da resiliência comunitária e influência nas políticas climáticas.
- **Principais Críticas:** Barreiras na plena integração e reconhecimento das práticas tradicionais nas políticas globais.

INICIATIVAS POPULARES

A COP do Clima é um espaço crucial para a discussão e implementação de políticas globais voltadas para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. No entanto, garantir que todas as vozes sejam ouvidas, especialmente as das comunidades tradicionais, periferias, povos indígenas e quilombolas, é um desafio contínuo. Diversas iniciativas populares têm se mobilizado para assegurar que essas comunidades tenham participação e visibilidade efetiva nas COPs. Dentre elas, destacam-se:

COMITÊ INDÍGENA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (CIMC)

O Comitê Indígena de Mudanças Climáticas (CIMC) foi criado em 2015 com o objetivo de amplificar a voz e a participação dos povos indígenas do Brasil nas questões e políticas climáticas. Após um período de paralisação entre 2018 e 2022, o CIMC foi retomado em 2023, reafirmando seu compromisso de proteger os direitos dos povos indígenas e promover suas práticas sustentáveis como parte das soluções climáticas.

Composição: O CIMC é composto pelas principais organizações de representação nacional e regional do movimento indígena no Brasil, proporcionando uma plataforma unificada para defender os interesses indígenas em fóruns nacionais e internacionais.

Atividades e Impactos:

- **Participação em Fóruns Internacionais:** Representação nas conferências da UNFCCC e em outras cúpulas globais sobre clima.
- **Advocacy e Políticas:** Desenvolvimento de propostas políticas que integram os conhecimentos tradicionais indígenas nas estratégias de mitigação e adaptação climática.
- **Educação e Conscientização:** Campanhas de sensibilização sobre a importância da demarcação de terras indígenas e a preservação dos biomas brasileiros.

COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS

A Coalizão Negra por Direitos é uma articulação de diversas organizações do movimento negro no Brasil que luta pela promoção da igualdade racial e pela inclusão das pautas das comunidades negras nas políticas públicas. No contexto das mudanças climáticas, a Coalizão busca assegurar que as questões de justiça climática, que afetam desproporcionalmente as populações negras e periféricas, sejam discutidas e abordadas de forma adequada.

Composição: Inclui organizações de direitos civis, grupos comunitários, ONGs, e outros movimentos sociais que representam as populações negras e periféricas do Brasil.

Atividades e Impactos:

- **Advocacy Internacional:** Participação nas COPs e outros fóruns internacionais para defender políticas que considerem os impactos desproporcionais das mudanças climáticas nas comunidades negras.
- **Educação e Conscientização:** Campanhas para aumentar a visibilidade das interseções entre racismo ambiental e mudanças climáticas.
- **Políticas Públicas:** Desenvolvimento de propostas políticas que buscam a equidade ambiental e o fortalecimento das comunidades negras.

CÚPULA DOS POVOS RUMO À COP 30

Organizada por movimentos sociais, ONGs e comunidades de base, a Cúpula dos Povos Rumo à COP 30 busca garantir que as vozes das comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e periféricas sejam ouvidas e levadas em consideração nas negociações oficiais da COP 30, que será realizada no Brasil em 2025.

Composição: A Cúpula dos Povos reúne uma ampla coalizão de movimentos sociais, incluindo organizações de defesa dos direitos indígenas, quilombolas, ambientalistas e de justiça social.

Atividades e Impactos:

- **Mobilização e Articulação:** Organização de encontros e fóruns para debater e articular propostas que reflitam as necessidades e prioridades das comunidades marginalizadas.
- **Incidência Política:** Pressão sobre os negociadores da COP para que incluam as demandas das comunidades tradicionais e periféricas nos acordos climáticos.
- **Educação Popular:** Iniciativas de formação e capacitação sobre justiça climática e políticas ambientais.

Reconhecemos que, ao mencionar essas iniciativas, podemos estar deixando de fora outras igualmente importantes.

No entanto, a intenção é trazer à tona alguns exemplos de mobilizações em curso que buscam assegurar a participação inclusiva e representativa das comunidades mais afetadas pelas mudanças climáticas.

A participação dessas iniciativas populares é crucial para a construção de políticas climáticas mais justas e efetivas, que considerem a diversidade de experiências e conhecimentos das comunidades ao redor do mundo.

COMO PARTICIPAR DA COP

Participar de uma Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) é uma oportunidade significativa para governos, organizações, movimentos sociais, empresas e indivíduos contribuírem para as discussões e decisões globais sobre mudanças climáticas. Abaixo estão as etapas e requisitos para participar da COP.

A COP acolhe diferentes tipos de participantes, cada um com processos específicos para registro e participação:

- **Delegações Nacionais:**
 - Compostas por representantes de governos de países membros da UNFCCC.
 - Os países membros enviam suas delegações oficiais através de seus Ministérios do Meio Ambiente ou agências governamentais responsáveis pelas políticas climáticas.
- **Observadores:**
 - Incluem organizações intergovernamentais, organizações não-governamentais (ONGs), setor privado, grupos de pesquisa e academia, e representantes de comunidades locais e povos indígenas.
 - As organizações devem ser admitidas pela UNFCCC para participar como observadoras.
- **Jornalistas e Mídia:**
 - Representantes da imprensa que cobrem o evento.
 - Necessitam de credenciamento específico para a mídia.
- **Público Geral e Voluntários:**
 - Participação limitada e geralmente organizada através de ONGs ou programas específicos de voluntariado.

PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO GERAL E VOLUNTÁRIOS

A participação do público geral e voluntários na COP é uma maneira importante de envolver mais pessoas nas discussões climáticas globais. Para maximizar as chances de participação, é altamente recomendável que o público geral e voluntários se credenciem através de uma organização.

Por que se credenciar através de uma organização?

- **Acesso e Credibilidade:** Organizações admitidas pela UNFCCC têm credibilidade e acesso garantido às sessões da COP.
- **Suporte e Orientação:** Organizações fornecem suporte logístico, orientação e podem facilitar a participação em eventos paralelos e workshops.
- **Oportunidades de Networking:** Estar associado a uma organização oferece melhores oportunidades de networking e colaboração com outros participantes.

PROCESSO DE REGISTRO DE UMA ORGANIZAÇÃO

Se você está vinculado a uma organização que ainda não é admitida pela UNFCCC, é possível registrar a organização para obter o status de observador. Aqui estão os passos e processos envolvidos:

Verificação de Admissibilidade:

- Verifique se a organização cumpre os requisitos da UNFCCC para se tornar um observador. Isso geralmente inclui ser uma entidade legalmente constituída, não ter fins lucrativos, e estar envolvida em atividades relacionadas às mudanças climáticas.

Submissão de Documentação:

- Preencha o formulário de solicitação de admissão disponível no site da UNFCCC.
- Anexe documentos necessários, como o estatuto da organização, relatórios anuais, demonstrações financeiras, e uma descrição detalhada das atividades relacionadas ao clima.
- **Obs.: todos os documentos precisam estar traduzidos em inglês.**

Envio da Solicitação:

- Envie a solicitação e a documentação completa para a UNFCCC dentro do prazo estipulado. Geralmente, a submissão deve ocorrer até nove meses antes da COP em que deseja participar.

Revisão e Aprovação:

- A UNFCCC revisará a solicitação e poderá solicitar informações adicionais ou esclarecimentos.
- Uma vez aprovada, a organização receberá o status de observador e poderá credenciar seus representantes para participar das COPs.

QUAIS SÃO OS OUTROS EVENTOS DA AGENDA CLIMÁTICA?

Além das Conferências das Partes (COPs), existem diversos outros eventos importantes na agenda climática global que desempenham papéis cruciais na formulação de políticas, mobilização de recursos e promoção da conscientização sobre as mudanças climáticas. Esses eventos complementam as COPs e muitas vezes abordam temas específicos, facilitam a colaboração entre diferentes setores e promovem a inovação e a ação climática.

CÚPULA DE AÇÃO CLIMÁTICA DA ONU

A Cúpula de Ação Climática da ONU é convocada pelo Secretário-Geral da ONU para impulsionar a ação climática global, geralmente realizada em Nova York.

- **Objetivo:** Mobilizar líderes mundiais a intensificar suas ambições climáticas e anunciar novas iniciativas e compromissos para combater as mudanças climáticas.
- **Principais Atividades:**
 - Discursos de líderes mundiais, CEOs, ativistas e cientistas.
 - Lançamento de novos relatórios e estudos sobre mudanças climáticas.
 - Anúncios de compromissos e parcerias internacionais.
- **Frequência de Realização:** Irregular, geralmente coincide com a Assembleia Geral da ONU
- **Local:** Nova York, EUA
- **Site de Referência:** www.un.org/en/climatechange/climate-summit-2019.shtml

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CDB)

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é um tratado internacional que visa promover a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos.

- **Objetivo:** Assegurar a conservação da biodiversidade global e promover o uso sustentável e a equidade nos benefícios.
- **Principais Atividades:**
 - Conferências das Partes (COPs) da CDB.
 - Planos estratégicos e metas para a biodiversidade.
 - Iniciativas para a implementação do Protocolo de Nagoya.
- **Frequência de Realização:** Bienal
- **Local:** Em 2024 será realizada em Cali, na Colômbia.
- **Site de Referência:** www.cbd.int

SEMANA DO CLIMA DE NOVA YORK

A Semana do Clima de Nova York ocorre anualmente em setembro, paralelamente à Assembleia Geral da ONU. O evento reúne líderes de governos, empresas, ONGs e academia para discutir ações climáticas.

- **Objetivo:** Acelerar a ação climática global através de discussões, colaborações e compromissos de diferentes setores da sociedade.
- **Principais Atividades:**
 - Conferências e painéis sobre mitigação, adaptação, financiamento climático e justiça climática.
 - Eventos paralelos organizados por ONGs, empresas e instituições acadêmicas.
 - Anúncios de novas iniciativas e parcerias climáticas.
- **Frequência de Realização:** Setembro
- **Local:** Nova York, EUA
- **Site de Referência:** www.climateweeknyc.org

ASSEMBLEIA DO MEIO AMBIENTE DA ONU

A Assembleia do Meio Ambiente da ONU é o maior órgão mundial de tomada de decisão sobre o meio ambiente, reunindo-se bianualmente.

- **Objetivo:** Discutir e adotar políticas e ações globais para proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas.
- **Principais Atividades:**
 - Debates sobre políticas ambientais globais.
 - Adoção de resoluções e declarações sobre proteção ambiental.
 - Discussões sobre a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- **Frequência de Realização:** Bial
- **Local:** Nairóbi, Quênia
- **Site de Referência:** www.unep.org/environmentassembly

DIÁLOGO CLIMÁTICO DE PETERSBERG

O Diálogo Climático de Petersberg é um encontro anual realizado em Berlim, Alemanha, que reúne ministros do clima e meio ambiente de diversos países.

- **Objetivo:** Preparar o terreno para as negociações da COP, promovendo discussões informais e construtivas entre países sobre políticas climáticas.
- **Principais Atividades:**
 - Debates sobre temas críticos das negociações climáticas.
 - Discussões sobre a implementação dos compromissos do Acordo de Paris.
 - Sessões de trabalho sobre financiamento climático e transição energética.
- **Frequência de Realização:** Anualmente, geralmente na primavera
- **Local:** Berlim, Alemanha
- **Site de Referência:** www.bmu.de/en/petersberg-climate-dialogue

CONFERÊNCIA DO CLIMA DE BONN

Realizada em Bonn, Alemanha, sede da UNFCCC, esta conferência ocorre geralmente entre as COPs para avançar nas negociações e discutir questões técnicas.

- **Objetivo:** Progredir nas negociações climáticas e tratar de questões técnicas e metodológicas necessárias para a implementação dos acordos climáticos.
- **Principais Atividades:**
 - Reuniões do SBSTA e SBI para discutir questões técnicas e de implementação.
 - Workshops e sessões de trabalho sobre metodologias e tecnologias climáticas.
 - Revisão do progresso nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs).
- **Frequência de Realização:** Anualmente, em maio/junho
- **Local:** Bonn, Alemanha
- **Site de Referência:** unfccc.int

CÚPULA DE AÇÃO CLIMÁTICA GLOBAL

A Cúpula de Ação Climática Global reúne líderes subnacionais, empresariais e da sociedade civil para discutir e promover a ação climática.

- **Objetivo:** Demonstrar a liderança climática de cidades, estados, empresas e organizações não governamentais, e incentivar ações locais e regionais.
- **Principais Atividades:**
 - Sessões sobre políticas climáticas locais e regionais.
 - Apresentação de iniciativas e projetos climáticos inovadores.
 - Networking e colaborações entre diferentes níveis de governo e setores.
- **Período de Realização:** Irregular
- **Local:** Varia (última realizada em São Francisco, EUA)
- **Site de Referência:** globalclimateactions Summit.org

G20

O G20 é um fórum internacional para os governos e governadores de bancos centrais de 19 países e a União Europeia. O grupo discute políticas relacionadas à promoção da estabilidade financeira internacional, incluindo questões ambientais e climáticas.

- **Objetivo:** Promover a cooperação econômica internacional, incluindo ações para enfrentar as mudanças climáticas.
- **Principais Atividades:**
 - Reuniões anuais de cúpula.
 - Discussões sobre financiamento climático, transição energética e políticas de sustentabilidade.
- **Período de Realização:** Anualmente
- **Local:** Em 2024 será realizado no Rio de Janeiro, no Brasil.
- **Site de Referência:** www.g20.org

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL (DAVOS)

O Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente em Davos, Suíça, reúne líderes globais de negócios, política, academia e outros setores para discutir questões econômicas, sociais e ambientais, incluindo mudanças climáticas.

- **Objetivo:** Promover a cooperação público-privada para enfrentar os desafios globais, incluindo a crise climática, e incentivar investimentos sustentáveis e inovação.
- **Principais Atividades:**
 - Painéis de discussão e workshops sobre economia verde, tecnologias limpas e finanças sustentáveis.
 - Anúncios de parcerias e compromissos climáticos de empresas e governos.
 - Diálogos sobre políticas climáticas e desenvolvimento sustentável.
- **Frequência de Realização:** Janeiro
- **Local:** Davos, Suíça
- **Site de Referência:** www.weforum.org

DIA DA TERRA

Celebrado anualmente em 22 de abril, o Dia da Terra mobiliza milhões de pessoas em todo o mundo para apoiar a proteção ambiental e a ação climática.

- **Objetivo:** Aumentar a conscientização sobre questões ambientais e climáticas e promover ações individuais e coletivas para proteger o planeta.
- **Principais Atividades:**
 - Eventos educativos e campanhas de conscientização.
 - Ações comunitárias de limpeza e plantio de árvores.
 - Manifestações e eventos culturais para celebrar o meio ambiente.
- **Frequência de Realização:** 22 de abril
- **Local:** Global
- **Site de Referência:** www.earthday.org

REM, REDD+, MERCADO DE CARBONO E NDCs

O mercado de carbono, os programas de redução de desmatamento e as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) são abordagens distintas, mas frequentemente interconectadas, para enfrentar as mudanças climáticas e promover a sustentabilidade ambiental. Abaixo exploramos brevemente os conceitos e diferenças. Mais adiante falamos das questões críticas e reflexões.

MERCADO DE CARBONO

O mercado de carbono envolve a precificação das emissões de gases de efeito estufa, como dióxido de carbono (CO₂), para incentivar a redução dessas emissões. Isso é geralmente feito através de sistemas de comércio de emissões, onde as empresas recebem permissões para emitir uma certa quantidade de gases de efeito estufa.

Se uma empresa emite menos do que o permitido, ela pode vender as permissões não utilizadas no mercado. Empresas que excedem suas cotas de emissão podem comprar permissões adicionais. O mercado de carbono visa criar incentivos econômicos para a redução das emissões, promovendo a transição para práticas e tecnologias mais limpas.

Componentes Principais:

- **Sistemas de Comércio de Emissões (ETS):** Regulados por legislações nacionais ou internacionais.
- **Créditos de Carbono:** Permissões que podem ser negociadas entre empresas.
- **Mercado Voluntário de Carbono:** Empresas e indivíduos compram créditos para compensar suas emissões de forma voluntária.

PROGRAMAS DE REDUÇÃO DE DESMATAMENTO (REM, REDD+)

Os programas de redução de desmatamento se concentram na conservação das florestas como forma de mitigar as emissões de gases de efeito estufa. As florestas absorvem CO₂ da atmosfera, atuando como sumidouros naturais de carbono. Programas como REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) visam reduzir

o desmatamento e a degradação florestal, incentivando a conservação e o manejo sustentável das florestas.

Componentes Principais:

- **REDD+**: Mecanismo internacional que recompensa países e comunidades por reduzir o desmatamento e a degradação florestal.
- **REM (Programa de Redução de Emissões)**: Iniciativas estaduais no Brasil que visam reduzir as emissões por meio da conservação florestal e do manejo sustentável.

Diferenciação:

- **REDD+**: Foca na redução das emissões por desmatamento e degradação florestal, com pagamento por resultados demonstrados.
- **REM**: Programa específico que pode gerar créditos de carbono e integra-se com outras iniciativas de REDD+.

CONTRIBUIÇÕES NACIONALMENTE DETERMINADAS (NDCS)

As NDCs são compromissos que cada país define de forma independente para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa e adaptar-se às mudanças climáticas. As NDCs são um componente central do Acordo de Paris, onde todos os países devem submeter planos nacionais de ação climática e revisar suas metas periodicamente.

Componentes Principais:

- **Metas de Redução de Emissões**: Objetivos específicos que cada país se compromete a alcançar.
- **Medidas de Adaptação**: Planos para aumentar a resiliência às mudanças climáticas.
- **Monitoramento e Relatórios**: Processos para rastrear o progresso e atualizar as metas.

INTERSECÇÕES E RELAÇÕES

Embora o mercado de carbono, os programas de redução de desmatamento e as NDCs abordem aspectos diferentes das emissões de gases de efeito estufa, eles podem estar interconectados e se beneficiar mutuamente:

Créditos de Carbono Florestal:

- Alguns programas de redução de desmatamento, como REDD+, podem gerar créditos de carbono que podem ser comercializados tanto em mercados regulados quanto

voluntários. Isso reconhece o valor das florestas na captura e armazenamento de carbono.

Incentivo à Preservação Florestal:

- O mercado de carbono pode criar incentivos econômicos para que países e comunidades mantenham suas florestas intactas, uma vez que a preservação florestal contribui para a redução das emissões.

Compensação de Emissões:

- Empresas que não podem reduzir suas emissões internamente podem comprar créditos de carbono, incluindo créditos relacionados à preservação florestal, como forma de compensar suas emissões.

Integração nas NDCs:

- Países podem incluir programas de REDD+ e iniciativas de mercado de carbono em suas NDCs, demonstrando como essas ações contribuem para suas metas de redução de emissões.

Abordagem Abrangente:

- Em alguns casos, os governos podem adotar estratégias que incluem tanto a implementação de mercados de carbono quanto ações de redução de desmatamento, integrando essas abordagens em suas NDCs como parte de uma estratégia geral de mitigação das mudanças climáticas.

O QUE FALTA NO DEBATE

Para que o mercado de carbono, programas REM e REDD+ e as NDCs sejam eficazes, é necessário abordar os desafios de participação social, controle e monitoramento rigorosos e enfrentar as críticas de maneira transparente e inclusiva.

A participação ativa de todas as partes interessadas, incluindo a sociedade civil e as comunidades locais, é essencial para garantir políticas justas e sustentáveis que realmente combatam as mudanças climáticas.

O mercado de carbono pode perpetuar as desigualdades reforçadas pelo sistema capitalista, tratando o meio ambiente como mais uma mercadoria a ser comercializada. Esse sistema pode permitir que empresas e países ricos continuem poluindo, comprando créditos de carbono de nações e comunidades menos desenvolvidas, em vez de reduzir suas próprias emissões.

Participação Social

A participação social nos debates sobre o mercado de carbono, REM, REDD+ e NDCs é fundamental para garantir que as decisões tomadas reflitam as preocupações e necessidades das diversas partes interessadas. A inclusão de governos, sociedade civil, setor privado e comunidades afetadas pode melhorar a eficácia das políticas e iniciativas. Vamos explorar as perspectivas de participação social nas escalas internacional, nacional e estadual no Brasil:

Escala Internacional:

- **Participação em Fóruns Globais:** A participação social em debates internacionais, como na Conferência das Partes (COP) da UNFCCC, é essencial. Embora ONGs, grupos indígenas e movimentos sociais possam participar como observadores, sua capacidade de influenciar diretamente as decisões é limitada.
- **Inclusão de Diversos Grupos:** É necessário garantir que grupos historicamente marginalizados, como comunidades indígenas e povos tradicionais, sejam incluídos nos processos de decisão.

Escala Nacional (Brasil):

- **Consulta Pública:** O governo brasileiro frequentemente promove consultas públicas para colher opiniões sobre temas relacionados ao mercado de carbono. Esses processos podem incluir debates online, reuniões presenciais e submissões formais de comentários.
- **Diálogo com a Sociedade Civil:** Engajamento contínuo de ONGs, associações empresariais, comunidades locais e outros grupos é essencial para garantir que as políticas sejam equitativas e eficazes.

Escala Estadual (Brasil):

- **Audiências Públicas:** Em nível estadual, audiências públicas e consultas são realizadas para coletar opiniões sobre a implementação de políticas específicas.
- **Participação Comunitária:** Envolver as comunidades locais que podem ser afetadas pelas políticas é crucial para decisões inclusivas que levem em consideração as realidades locais.

Perspectivas Gerais:

- **Informação Acessível:** Garantir que as informações sobre o mercado de carbono sejam acessíveis e compreensíveis para o público em geral é essencial para uma participação informada.
- **Retorno Contínuo:** A participação social deve ser contínua, permitindo ajustes nas políticas com base nos feedbacks recebidos.

Controle, Monitoramento e Cobranças

Os mecanismos de controle sobre o cumprimento das reduções de carbono e as sanções em caso de não cumprimento das NDCs variam, mas seguem alguns princípios gerais:

Monitoramento, Relatório e Verificação (MRV):

- **MRV:** Este processo envolve a coleta de dados sobre emissões, a apresentação de relatórios regulares e a verificação independente desses relatórios para garantir precisão e transparência.

Revisões Periódicas:

- **Revisões:** Os países signatários do Acordo de Paris são submetidos a revisões periódicas de suas ações e progressos no cumprimento das NDCs. Estas revisões ajudam a identificar desafios e áreas de melhoria.

Sanções e Consequências:

- **Sanções:** Em nível internacional, não há um sistema de sanções legalmente vinculante no Acordo de Paris. A pressão política e a reputação internacional são as principais consequências para o não cumprimento.
- **Cooperação e Assistência Técnica:** Enfatiza-se a promoção da cooperação e assistência técnica entre países, com a troca de conhecimentos, transferência de tecnologia e apoio financeiro.

Participação da Sociedade Civil:

- **Monitoramento pela Sociedade Civil:** ONGs e grupos ambientais desempenham um papel importante no monitoramento das ações dos governos, destacando ações inadequadas ou falta de progresso.

Ação Doméstica:

- **Políticas Nacionais:** Governos nacionais implementam regulamentações, políticas e incentivos econômicos para garantir o cumprimento das metas, incluindo penalidades para empresas que excedem suas cotas de emissões.

Principais Críticas

O mercado de créditos de carbono, assim como os programas REM e REDD+, enfrenta várias críticas, pois podem promover dinâmicas que tratam o meio ambiente como mercadoria para perpetuar desigualdades. Empresas e países ricos podem se beneficiar de comunidades para continuarem poluindo.

Efeito contrário:

- **Motivação Reduzida:** Empresas podem se sentir menos motivadas a adotar medidas internas de redução de emissões se puderem comprar créditos de carbono para compensar suas emissões.

Falhas no Mercado:

- **Preços Instáveis:** Flutuações econômicas podem levar a preços instáveis e ineficácia na redução global de emissões.

Questões de Justiça Social:

- **Injustiças Sociais:** Comunidades vulneráveis podem ser afetadas de maneira desproporcional pelas mudanças climáticas ou pelas atividades de mitigação.

Dificuldade na Medição:

- **Medir Precisamente:** A medição das reduções de emissões pode ser complexa, especialmente em setores como agricultura e florestamento.

Adiamento de Ações Reais:

- **Prioridade para Soluções de Mercado:** O mercado de carbono pode ser usado como uma forma de adiar ações reais de redução de emissões.

Risco de Fraude e Abuso:

- **Práticas Fraudulentas:** A complexidade do mercado de carbono pode abrir espaço para práticas fraudulentas.

Deslocamento de Emissões:

- **Deslocamento:** Pode resultar no deslocamento de emissões de um local para outro, em vez de efetivamente reduzi-las globalmente.

Inequidades Internacionais:

- **Distribuição Desigual:** Benefícios desiguais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, com países em desenvolvimento sentindo-se explorados por empresas de países ricos.

Assédio às comunidades:

- **Abordagem das Empresas às Comunidades Territoriais:** Iniciativas privadas assediam comunidades territoriais para contratos de comercialização de créditos de carbono, causando conflitos, dúvidas e ameaças às comunidades.

FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

O financiamento climático é crucial para enfrentar a crise climática global, especialmente nas regiões mais vulneráveis como a América Latina, Caribe e Brasil. Essas áreas são particularmente suscetíveis aos impactos das mudanças climáticas, como eventos climáticos extremos, perda de biodiversidade e insegurança hídrica.

Fundo	Objetivos	Volume de Recursos Investidos	Exemplos de Projetos Financiados na Região
Fundo Verde para o Clima (GCF)	Mobilizar recursos para apoiar projetos em países em desenvolvimento; reduzir emissões de GEE e aumentar a resiliência climática	USD 10 bilhões até 2021	Energias renováveis no Chile e Brasil; adaptação climática em pequenos estados insulares do Caribe
Fundo de Adaptação	Financiamento de projetos de adaptação em países em desenvolvimento	USD 850 milhões até 2021	Gestão de recursos hídricos no Peru; adaptação comunitária em Honduras e Colômbia
Fundo para os Países Menos Desenvolvidos (LDCF)	Apoiar a preparação e implementação de Planos Nacionais de Adaptação (NAPAs)	USD 1.3 bilhões até 2021	Segurança alimentar e gestão de recursos hídricos em pequenos países insulares do Caribe
Fundo Especial para Mudança Climática (SCCF)	Financiar projetos de adaptação, transferência de tecnologia, energia renovável e agricultura sustentável	USD 350 milhões até 2021	Energia renovável no Brasil e México; transferência de tecnologia na Argentina
Fundo de Investimento Climático (CIF)	Prover suporte financeiro para a transição para uma economia de baixo carbono e resiliente ao clima	USD 8.3 bilhões até 2021	Energia solar no Chile; resiliência climática em pequenas comunidades agrícolas no Brasil

PRINCIPAIS CRÍTICAS E QUESTIONAMENTOS

As organizações territoriais, indígenas ou de base não conseguem acessar adequadamente os fundos acima devido às condições exigidas que não contemplam a realidade das organizações de base. Este cenário destaca a necessidade de estruturas de financiamento mais inclusivas e adaptadas às realidades locais.

Aspecto	Crítica	Questionamento
Transparência e Governança	Falta de transparência sobre como os fundos são geridos e distribuídos.	Como assegurar que os recursos estão sendo utilizados de maneira eficaz e eficiente na América Latina e Caribe?
Equidade e Acesso	Os fundos climáticos nem sempre são acessíveis para os países e comunidades mais necessitadas na região.	Como garantir que os fundos cheguem às comunidades mais vulneráveis?
Impacto Real	Dúvidas sobre a eficácia dos projetos financiados em termos de redução de emissões e aumento da resiliência.	Como medir e assegurar que os projetos financiados estão realmente contribuindo para os objetivos climáticos?
Capacitação e Sustentabilidade	A falta de capacitação local pode comprometer a sustentabilidade dos projetos.	Como fortalecer as capacidades locais para garantir a continuidade e sucesso dos projetos?

E O FINANCIAMENTO DIRETO ÀS ORGANIZAÇÕES DE BASE?

O financiamento climático é um componente vital na luta contra as mudanças climáticas, permitindo a implementação de projetos de mitigação e adaptação necessários para enfrentar os desafios globais. Desde 2021, novas iniciativas foram lançadas para direcionar esses recursos de maneira mais eficiente e justa, especialmente para comunidades indígenas e locais que desempenham um papel crucial na preservação dos ecossistemas florestais.

Declaração de Glasgow

- **Ano de Criação:** 2021, durante a COP26.
- **Objetivo:** A Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas e Uso da Terra foi estabelecida para comprometer os países a deter e reverter a perda de florestas e a degradação da terra até 2030, promovendo o desenvolvimento sustentável e uma transformação rural inclusiva.
- **Principais Compromissos:**
 - Proteger e Restaurar Florestas: Reconhecer o papel crítico das florestas na absorção de carbono e na proteção da biodiversidade.
 - Reverter a Perda de Florestas: Comprometer-se a políticas que visem deter e reverter a perda de florestas até 2030.
 - Incentivar a Sustentabilidade: Promover o desenvolvimento sustentável e as práticas agrícolas sustentáveis.
 - Financiamento e Recursos: Mobilizar financiamento significativo para apoiar as metas de preservação e recuperação florestal.
- **Signatários:** Mais de 140 países, representando mais de 90% das florestas mundiais, incluindo a União Europeia, Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Brasil, Rússia, China, Indonésia, República Democrática do Congo, entre outros.
- **Site de Referência:** <https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/ukgwa/20230418175226/https://ukcop26.org/glasgow-leaders-declaration-on-forests-and-land-use/>

Forest Climate Leaders Partnership (FCLP)

- **Ano de Criação:** 2022, lançado na COP 27.
- **Composição:**
 - Austrália, Canadá, Colômbia, Congo, Costa Rica, Equador, União Europeia, Finlândia, Fiji, França, Gabão, Alemanha, Gana, Guiana, Japão, Quênia, Coreia do Sul, Países Baixos, Nigéria, Noruega, Paquistão, Singapura, Suécia, Tanzânia, Reino Unido, Estados Unidos e Vietnã.
- **Orientações de Financiamento:**
 - Foco em Resultados: Apoiar financeiramente iniciativas com resultados mensuráveis na redução de emissões e proteção florestal.
 - Inclusão de Comunidades Locais: Trabalhar em estreita colaboração com povos indígenas e comunidades locais para garantir que suas vozes e conhecimentos sejam incorporados nos projetos.
 - Ações Estratégicas: Implementação de seis áreas de ação, incluindo colaboração internacional, mobilização de financiamento público e privado, e apoio direto aos guardiões florestais indígenas.

Forest Tenures Funders Group (FTFG)

- **Ano de Criação:** 2021
- **Composição:**
 - Governos: Alemanha, Noruega, Países Baixos, Reino Unido e Estados Unidos.
 - Fundos e Fundações: Children's Investment Fund Foundation, The Christensen Fund, The David and Lucile Packard Foundation, Ford Foundation, Good Energies Foundation, Oak Foundation, Sobrato Philanthropies, Wellspring Philanthropic Fund, William and Flora Hewlett Foundation.
 - Desafio Protegendo Nosso Planeta*: Arcadia, Bezos Earth Fund, Bloomberg Philanthropies, Bobolink Foundation, Gordon and Betty Moore Foundation, International Conservation Fund of Canada, Nia Tero, Rainforest Trust, Re:Wild, Rob Walton Foundation, Wyss Foundation.
 - *O desafio Protegendo nosso Planeta (POP) é o maior compromisso de financiamento privado para a conservação da biodiversidade. Ele foi concebido para aumentar a ambição global e nacional e apoiar projetos em todo o mundo que ajudarão a alcançar a meta de 30 em 30 - a iniciativa de proteger os 30% dos ecossistemas terrestres, de água doce e marinhos mais importantes para a biodiversidade até 2030.
- **Orientações de Financiamento:**
 - Apoio Direto: Aumentar o financiamento direto para organizações indígenas e comunitárias.
 - Capacitação e Assistência Técnica: Prover recursos para o desenvolvimento de capacidades locais e suporte técnico.
 - Transparência e Prestação de Contas: Monitoramento rigoroso e relatórios transparentes sobre o uso dos fundos e os impactos alcançados.

Destaques do Relatório Anual FTFG 2023

- **Progressos:**
 - \$494 milhões em 2022: Um aumento de \$172 milhões em relação a 2021, com um total de mais de \$815 milhões comprometidos até agora.
 - \$8.1 milhões diretamente para organizações indígenas e comunitárias em 2022: Um aumento em comparação com \$7.3 milhões em 2021, mas ainda representando apenas 2.1% do total de financiamento.
- **Sinais Positivos:**
 - Aumento do Apoio Filantrópico: Em 2022, cerca de 8.5% do financiamento filantrópico foi diretamente para organizações indígenas e comunitárias.
 - Crescimento de Beneficiários Diretos: O número de organizações que receberam financiamento direto aumentou de 27 em 2021 para 39 em 2022.
- **Desafios:**
 - Acesso Direto: A porcentagem de financiamento direto permanece baixa devido a barreiras sistêmicas e burocráticas.

Apesar das iniciativas como o FCLP e o FTFG representarem um avanço significativo, as organizações indígenas e de base ainda enfrentam grandes desafios para acessar esses recursos. As exigências burocráticas e técnicas muitas vezes não correspondem à realidade dessas comunidades, que possuem conhecimentos e práticas tradicionais essenciais para a proteção ambiental, mas que não são adequadamente reconhecidas ou valorizadas pelos mecanismos de financiamento convencionais. É crucial que os financiadores adaptem suas abordagens para serem mais acessíveis e inclusivas, garantindo que os recursos cheguem diretamente às comunidades que estão na linha de frente da luta contra as mudanças climáticas.

DADOS E FONTES

A disponibilidade e o acesso a dados precisos e atualizados são fundamentais para entender e combater as mudanças climáticas. Este capítulo apresenta as principais fontes de dados e pesquisas sobre mudanças climáticas em nível internacional, regional (América Latina) e nacional (Brasil). Essas fontes fornecem informações essenciais para formuladores de políticas, pesquisadores, ONGs, movimentos sociais e o público em geral, permitindo uma resposta informada e eficaz à crise climática.

ESCALA INTERNACIONAL E REGIONAL

A escala internacional abrange dados e pesquisas fornecidos por organizações globais que monitoram as mudanças climáticas em todo o mundo. Essas fontes são fundamentais para entender as tendências climáticas globais e desenvolver políticas internacionais.

Fonte	Descrição	Link Original
NASA: Global Climate Change	Fornecer dados e visualizações sobre a mudança do clima global.	climate.nasa.gov
IPCC: Reports	Produz relatórios científicos sobre mudanças climáticas, impactos e estratégias de mitigação e adaptação.	www.ipcc.ch/reports
CEPAL: Mudança Climática	Oferece dados e análises sobre os impactos das mudanças climáticas na América Latina e Caribe.	www.cepal.org/pt-br/subtopicos/mudanca-climatica
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): Clima	Informações e projetos relacionados às mudanças climáticas na América Latina.	www.iadb.org/pt/temas/clima
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	Dados sobre adaptação climática no setor agrícola na América Latina.	www.iica.int/pt/topics/climate-change

ESCALA NACIONAL (BRASIL)

A escala nacional inclui dados e pesquisas específicas sobre os impactos das mudanças climáticas no Brasil, abordando diferentes ecossistemas e regiões do país.

Fonte	Descrição	Link Original
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE): Mudanças Climáticas	Fornece dados e pesquisas sobre o clima no Brasil, incluindo monitoramento de desmatamento e queimadas.	www.inpe.br/clima
Observatório do Clima	Coalizão de ONGs que oferece análises e dados sobre políticas climáticas no Brasil.	www.oc.org.br
MapBiomas	Mapeamento anual da cobertura e uso da terra e monitoramos a superfície de água e cicatrizes de fogo mensalmente com dados a partir de 1985	brasil.mapbiomas.org/
Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG)	Plataforma que estima as emissões de GEE no Brasil e oferece dados detalhados sobre diferentes setores.	seeg.eco.br
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	Dados e relatórios sobre políticas climáticas e ambientais no Brasil.	www.gov.br/mma

CONCLUSÃO

Esta cartilha buscou oferecer uma visão abrangente dos principais aspectos do debate climático, com o objetivo de fortalecer as vozes e ações de povos indígenas, quilombolas, comunidades locais e outros grupos impactados pelas mudanças climáticas.

Discutimos os impactos das mudanças climáticas, mecanismos de financiamento, instâncias de decisão e participação, e fornecemos ferramentas e dados essenciais para informar todos os envolvidos.

A participação ativa de todos é crucial para garantir que as soluções climáticas sejam justas e eficazes. Povos indígenas, quilombolas, comunidades locais e grupos historicamente marginalizados têm um papel vital a desempenhar na construção de um futuro resiliente e sustentável. Sua sabedoria tradicional, conhecimentos locais e experiências únicas são inestimáveis na busca por soluções inovadoras e inclusivas.

Convidamos você a se envolver ativamente nas discussões e ações climáticas. Forme grupos de discussão, participe de consultas públicas, organize eventos comunitários e colabore com ONGs, movimentos sociais e outras organizações que trabalham no enfrentamento das mudanças climáticas. Cada ação conta, e juntos podemos fazer uma diferença significativa.

A crise climática é um desafio global, mas também é uma oportunidade para reimaginar nosso futuro de forma mais justa e sustentável. Com a participação ativa de todas as pessoas, podemos transformar nossas comunidades e construir um mundo onde possamos ter voz e acesso aos benefícios de um clima estável e saudável. Ação coletiva é a chave para um futuro melhor para nós e para quem está por vir.

Tema	Fonte (nome)	Fonte (link integral)
Declaração dos povos indígenas da Amazônia brasileira frente à crise climática	Coiab	https://apiboficial.org/2021/10/29/carta-de-taruma-declaracao-dos-povos-indigenas-da-amazonia-brasileira-frente-a-crise-climatica/
Terras Quilombolas e mudanças climáticas	Coalizão Negra Por Direitos	https://coalizaonegra.pordireitos.org.br/wp-content/uploads/2021/11/coalizacao-carta-cop26-ptweb.pdf
Não existe solução para crise climática sem Terras e Povos Indígenas	Apib	https://apiboficial.org/files/2021/10/CartaAPIBcop26_PT_livreto.pdf
Autoridades do Clima	Coiab	https://coiab.org.br/mobilizacoes/clima/
Mobilização Popular	MAB	https://mab.org.br/2024/06/03/financeirizacao-da-natureza-e-emergencia-climatica/#
Rumo a Cúpula dos Povos da COP 30	FASE	https://fase.org.br/pt/acervo/documentos/rumo-a-cupula-dos-povos-da-cop-30/
Racismo Ambiental	OEco	https://oeco.org.br/analises/justica-climatica-sem-combate-as-desigualdades-raciais-e-colonialismo/
Informação	Climainfo	https://climainfo.org.br/
Publicações sobre políticas climáticas	Instituto Clima e Sociedade	https://climaesociedade.org/todas-as-publicacoes/
Mudanças na Temperatura Global	NASA	https://climate.nasa.gov/vital-signs/global-temperature/
	NOAA	https://www.ncdc.noaa.gov/sotc/global/202013
Desmatamento no Brasil	INPE	https://terrabrasis.dpi.inpe.br/
Alerta de desmatamento	Mapbiomas	https://plataforma.alerta.mapbiomas.org

Tema	Fonte (nome)	Fonte (link integral)
Eventos Climáticos Extremos	WMO	https://public.wmo.int/en/our-mandate/climate/wmo-statement-state-of-global-climate
Alertas de Chuvas	INMET	https://alertas2.inmet.gov.br/
Impactos nos Ecossistemas Brasileiros	MapBiomas	https://brasil.mapbiomas.org/
Incidências e políticas climáticas	Observatório do Clima	https://www.oc.eco.br/
Fundo Verde para o Clima	Green Climate Fund	https://www.greenclimate.fund/
Fundo de Adaptação	Adaptation Fund	https://www.adaptation-fund.org/
Participação Indígena	IIPFCC	https://www.iipfcc.org/
Participação Indígena e comunidades locais	UNFCCC	https://unfccc.int/LCIPP
Mitigação	UNFCCC	https://unfccc.int/topics/mitigation
Adaptação	UNFCCC	https://unfccc.int/topics/adaptation-and-resilience/the-big-picture/introduction-to-adaptation
Acordo de Paris	UNFCCC	https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement
NDCs	UNFCCC	https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/nationally-determined-contributions-ndcs
Declaração de Glasgow	UN Climate Change Conference UK 2021	https://ukcop26.org/glasgow-leaders-declaration-on-forests-and-land-use/
Segundo relatório anual do Grupo de Financiadores de Direitos Florestais (FTFG)	Forest Tenure Funders Group (FTFG)	https://landportal.org/library/resources/indigenous-peoples-and-local-communities-forest-tenure-pledge



PROTEJA